

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.214 - MG (2018/0245518-3)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : VANDERSON DE SOUZA RODRIGUES (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por VANDERSON DE SOUZA RODRIGUES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.18.071891-8/000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito de furto qualificado, sendo a prisão convertida em preventiva.

Impetrado *habeas corpus* na origem, os desembargadores da Sexta Câmara Criminal denegaram a ordem (e-STJ fls. 177/190).

No Superior Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal decorrente da medida constritiva.

Sustenta ausência de fundamentos concretos e idôneos para a conversão da prisão em flagrante em preventiva, bem como para a sua manutenção.

Alega que não se encontram presentes os requisitos autorizadores previstos nos arts. 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal, uma vez que a decretação e a confirmação da custódia foram motivadas, tão somente, na garantia da ordem pública, na periculosidade do agente e em elementos inerentes ao próprio tipo penal.

Ressalta que o recorrente é primário e, se condenado, não cumprirá a pena em regime mais gravoso, além de que vigora o princípio da presunção de não culpabilidade até o trânsito em julgado da sentença condenatória, o que demonstra a desproporcionalidade da medida imposta.

Dessa forma, requer, liminarmente, possa o recorrente aguardar solto o julgamento deste recurso, com a expedição do salvo-conduto.

O pleito liminar foi indeferido (e-STJ fls. 214/217).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso (e-STJ fls.270/272).

É, em síntese, o relatório.

As informações obtidas no sítio do Tribunal de origem noticiam que, no dia 12/11/2018, foi proferida sentença de condenação penal.

Fica, portanto, sem objeto o pedido contido na inicial, em que a defesa insurgia-se contra a custódia cautelar, visto que a restrição da liberdade, agora, decorre de novo título, não submetido ao pronunciamento do Tribunal de origem.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado o** presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator